

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

213 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 9 a 13 de setembro de 2024

1. COMISSÃO EUROPEIA - COMPOSIÇÃO DO COLÉGIO DE COMISSÁRIOS	1
2. RELATÓRIO DRAGHI - COMPETITIVIDADE DA EUROPA	3
3. PRESIDÊNCIA HÚNGARA DO CONSELHO DA UE	6
4. DEZ IDEIAS PARA O NOVO CICLO POLÍTICO DA UE	6
5. REFORMA DO PARLAMENTO EUROPEU	7
6. ACORDO UE - MERCOSUL	8
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	9
Reunião informal dos Ministros da Agricultura	9
Eurogrupo e ECOFIN informal	9
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Parlamento Europeu	10
- Comissão Europeia	10
- Conselho da União Europeia	10

1. COMISSÃO EUROPEIA - COMPOSIÇÃO DO COLÉGIO DE COMISSÁRIOS

Após a eleição da Presidente da Comissão Europeia pelo PE, na sessão plenária de julho de 2024, Ursula von der Leyen **solicitou aos Estados-Membros que indicassem os nomes das personalidades que designaram como candidatos ao lugar de Comissário Europeu**, que terão de passar numa audição de confirmação no PE. A nova Comissão Europeia deverá iniciar funções a 1 de novembro de 2024.

Este processo marcou a agenda nas últimas semanas, seja pela indicação dos nomes, mas essencialmente pelos equilíbrios a observar na composição da próxima Comissão Europeia: distribuição de pelouros, equilíbrio de género, distribuição pelas famílias políticas e indefinição política em alguns países. A Presidente eleita da Comissão havia solicitado aos Estados-Membros que indicassem um homem e uma mulher como candidatos, algo que apenas a Bulgária fez, conforme consta do quadro que apresentamos abaixo.

De momento, os candidatos apresentados são **11 mulheres e 16 homens**, incluindo a Presidente da Comissão, a candidata feminina búlgara e a nova candidata apresentada pela Eslovénia. Sobre este último país, a escola inicial havia sido Tomaž Vesel, que retirou a sua candidatura nos últimos dias (detalhe [aqui](#)), alegadamente no contexto de [diligências da parte da Presidente da Comissão para que fosse alcançada a paridade de género na Comissão](#). O Governo esloveno nomeou, nos últimos dias, Marta KOS como candidata.

Dado que, segundo o sistema parlamentar esloveno, a designação do candidato a Comissário pelo Governo tem de ser precedida de um parecer (que não é vinculativo, mas uma etapa processual obrigatória) da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia nacional, a candidata ainda não foi formalmente indicada junto da Presidente eleita da Comissão Europeia. A oposição eslovena, liderada pelo ex-Primeiro Ministro Janez Janša (PPE), tem exigido explicações sobre a renúncia do anterior candidato, e o Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Franc Breznik (do mesmo partido que Janša) exige ver uma carta que von der Leyen terá enviado ao Primeiro-Ministro Robert Golob (liberal) sobre esta matéria antes de agendar a reunião para que aquela Comissão parlamentar possa dar o seu parecer. Esta situação esteve na origem do adiamento do anúncio da distribuição de pelouros no Colégio de Comissários, prevista para o passado dia 11, e que está agora previsto para dia 17 de setembro, se até lá for ultrapassada esta questão com a candidata eslovena.

Recorde-se que, para ser nomeada e nos termos do n.º 7 do Artigo 17.º do Tratado sobre a União Europeia, a Comissão necessita da aprovação do Parlamento: *“O Presidente, o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e os demais membros da Comissão são colegialmente sujeitos a um voto de aprovação do Parlamento Europeu. Com base nessa aprovação, a Comissão é nomeada pelo Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada.”*

Tal é a base para as chamadas “audições prévias” dos candidatos a Comissários, que não estão previstas nos Tratados, mas são exigidas pelo Regimento do Parlamento. Constituem uma contrapartida necessária à exigência de obter a aprovação do Parlamento, que não teria qualquer substância se o Parlamento não pudesse examinar a aptidão dos candidatos. O Parlamento só pode recusar ou aceitar uma Comissão na sua totalidade e não os Comissários indigitados individualmente, o que é uma consequência da responsabilidade colectiva da Comissão enquanto órgão colegial. A ameaça de rejeitar a Comissão designada provou, no entanto, ser um meio poderoso para incentivar os governos nacionais a substituir os candidatos a que o Parlamento se opõe.

O calendário destas audições deverá ser fixado pela Conferência de Presidentes do PE nas próximas semanas, após o anúncio da orgânica do Colégio de Comissários e a distribuição de pelouros, sendo que se prevê que decorram entre a segunda quinzena de outubro e a primeira de novembro, o que significaria o adiamento o início de funções da Comissão Europeia de 1 de novembro para 1 de dezembro de 2024.

PAÍS	COMISSÁRIO NOMEADO
<i>Alemanha</i>	Ursula VON DER LEYEN , atual Presidente da Comissão
<i>Áustria</i>	MAGNUS BRUNNER , Ministro das Finanças austríaco
<i>Bélgica</i>	HADJA LAHBIB , Ministra dos Negócios Estrangeiros da Bélgica
<i>Bulgária</i>	EKATERINA ZAHARIEVA , Membro do parlamento búlgaro JULIAN POPOV , membro da Fundação Europeia do Clima
<i>Croácia</i>	DUBRAVKA ŠUICA , Comissária europeia para a democracia e a demografia
<i>Chipre</i>	COSTAS KADIS , diretor interino da Escola de Ciências da Saúde da Universidade de Frederick, em Chipre.
<i>Chéquia</i>	JOZEF SÍKELA , Ministro da Indústria e do Comércio da República Checa
<i>Dinamarca</i>	DAN JØRGENSEN , Ministro da Cooperação para o Desenvolvimento e da política climática global
<i>Estónia</i>	KAJA KALLAS , deixou o cargo de primeiro-ministro da Estónia em julho.
<i>Finlândia</i>	HENNA VIRKKUNEN , Membro do Parlamento Europeu
<i>França</i>	THIERRY BRETON , Comissário europeu para o mercado interno e os serviços
<i>Grécia</i>	APOSTOLOS TZITZIKOSTAS , Governador da Macedónia Central
<i>Hungria</i>	OLIVÉR VÁRHELYI , Comissário Europeu para a Vizinhança e o Alargamento
<i>Irlanda</i>	MICHAEL MCGRATH , Ministro das Finanças
<i>Itália</i>	RAFFAELE FITTO , Ministro italiano dos assuntos europeus

<i>Letónia</i>	VALDIS DOMBROVSKIS , Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia para uma economia ao serviço dos cidadãos/Comissário Europeu do Comércio
<i>Lituânia</i>	ANDRIUS KUBILIUS , Deputado do Parlamento Europeu
<i>Luxemburgo</i>	CHRISTOPHE HANSEN , Deputado do Parlamento Europeu
<i>Malta</i>	GLENN MICALLEF , Conselheiro do Primeiro-Ministro de Malta
<i>Países Baixos</i>	WOPKE HOEKSTRA , Comissário europeu para a ação climática
<i>Polónia</i>	PIOTR SERAFIN , Embaixador da Polónia junto da UE
<i>Portugal</i>	MARIA LUÍS ALBUQUERQUE , Membro do conselho de supervisão da Morgan Stanley Europe. Foi Ministra das Finanças
<i>Roménia</i>	ROXANA MÎNZATU , Deputada ao Parlamento Europeu
<i>Eslováquia</i>	MAROŠ ŠEFČOVIČ , vice-presidente executivo da Comissão Europeia para o Pacto Ecológico Europeu/Vice-presidente da Comissão para as relações interinstitucionais
<i>Eslovénia</i>	MARTA KOS , Antiga embaixadora na Alemanha e na Suíça
<i>Espanha</i>	TERESA RIBERA , Vice-Primeira-Ministra de Espanha e Ministra da Transição Ecológica
<i>Suécia</i>	JESSIKA ROSWALL , <i>Ministra dos Assuntos Europeus da Suécia</i>

2. RELATÓRIO DRAGHI - COMPETITIVIDADE DA EUROPA

Esta semana, o ex-Primeiro Ministro italiano e ex-Presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, apresentou o **relatório** que lhe havia sido solicitado pela Presidente da Comissão Europeia sobre **a sua visão pessoal sobre o futuro da competitividade europeia**. O relatório (todo o detalhe está disponível [aqui](#)) analisa os desafios enfrentados pela indústria e pelas empresas no mercado único. As conclusões do relatório contribuirão para os trabalhos da Comissão sobre um novo plano para a prosperidade sustentável e a competitividade da Europa. E, em especial, ao desenvolvimento do novo Pacto Industrial Limpo para indústrias

competitivas e empregos de qualidade, que será apresentado nos primeiros 100 dias do novo mandato da Comissão.

A apresentação pública do relatório teve lugar numa conferência de imprensa com Mario Draghi e a Presidente da Comissão Europeia no dia 9 de setembro, disponível integralmente [aqui](#).



São dois documentos distintos, num total de cerca de 400 páginas:

- *O futuro da competitividade europeia – Uma estratégia de competitividade para a Europa* ([aqui](#))
- *O futuro da competitividade europeia – Análise aprofundada e recomendações* ([aqui](#))

O relatório inclui extensas recomendações políticas sobre a forma como a UE deve responder à política industrial dos EUA e aos subsídios chineses para evitar uma “lenta agonia económica”. Para atingir os objectivos definidos no relatório, Draghi defende que é necessário um investimento adicional anual mínimo de 750 mil milhões a 800 mil milhões de euros, equivalente a 4,4%-4,7% do PIB da UE.

A estratégia de Draghi apela a um **avanço ambicioso da integração europeia em domínios como o investimento, os mercados de capitais, a contração comum de empréstimos, os contratos públicos no sector da defesa e a política energética, comercial e de concorrência**. Draghi destaca três objectivos fundamentais para garantir que a economia da UE continue a ser competitiva: promover a **inovação**, **baixar os preços da energia**, reduzindo simultaneamente as emissões de gases com efeito de estufa, e **adaptar-se a um mundo geopoliticamente instável**, reduzindo as dependências económicas e de segurança. Tendo isto em conta, o relatório sugere que o investimento em percentagem do PIB deve aumentar significativamente, atingindo os níveis registados pela última vez nas décadas de 1960 e 70. Para tal, seria necessário um aumento significativo do investimento privado, possibilitado pelo aprofundamento da integração dos mercados financeiros da UE, bem como um aumento significativo do investimento público financiado pela UE. Draghi defende que tal deve ser conseguido através de uma expansão do orçamento da UE, que atualmente representa cerca de 1% do PIB da UE, bem como da “*emissão regular de ativos seguros comuns*”. Estas recomendações não são novas, mas o relatório destina-se a dar um novo sentido de urgência e a informar o programa de trabalho da nova Comissão de Ursula von der Leyen.

Com maior detalhe, um sumário executivo do relatório poderia incidir sobre os seguintes aspetos:

- **Energia e Competitividade:** A Europa enfrenta uma lacuna de competitividade em relação a outras regiões devido a altos custos de energia, exacerbados pela recente crise energética. As propostas incluem:
 - *Acelerar a transição para fontes renováveis e tecnologias verdes.*
 - *Harmonizar tarifas de rede e reduzir encargos fiscais e de rede para aumentar a competitividade da indústria.*
 - *Investir em infraestruturas de armazenamento e redes elétricas para evitar gargalos e fomentar a flexibilidade.*
 - *Promover parcerias estratégicas com fornecedores de energia confiáveis e diversificar as fontes energéticas, reduzindo a dependência de mercados de gás;*
- **Matérias-Primas Críticas:** A segurança no acesso a matérias-primas críticas (CRMs) é vital para a transição digital e verde da Europa. As recomendações incluem:
 - *Aumentar a produção interna, processamento e reciclagem de matérias-primas, com metas ambiciosas para 2030.*
 - *Estabelecer parcerias internacionais estratégicas para diversificar fontes de matérias-primas.*
 - *Simplificar procedimentos de licenciamento para projetos estratégicos de mineração e reciclagem.*
- **Inovação e Tecnologias Avançadas:** a inovação é um motor essencial para a competitividade europeia. As propostas focam-se em:
 - *Aumentar o financiamento para inovações disruptivas através de agências públicas e fundos privados.*
 - *Desenvolver clusters de inovação tecnológica, promovendo a colaboração entre universidades, empresas e financiadores.*
 - *Reformular o sistema de patentes e a partilha de royalties para incentivar inovações tecnológicas.*
- **Defesa e Espaço:** o fortalecimento da base industrial de defesa europeia é essencial para a autonomia estratégica:
 - *Implementar a Estratégia Industrial de Defesa Europeia (EDIS) para consolidar a indústria de defesa e aumentar a cooperação entre os Estados-Membros.*
 - *Aumentar o financiamento para investigação em defesa e garantir que o desenvolvimento tecnológico beneficie outros setores da indústria.*
- **Sectores de Alta Intensidade Energética:** as recomendações incluem:
 - *A transição para energias mais limpas, como hidrogénio e gases verdes, especialmente em indústrias pesadas.*
 - *Incentivar as empresas a gerarem sua própria energia limpa para reduzir os custos energéticos e aumentar a competitividade;*
- **Competição e Governança:** melhorar a coordenação de políticas de competitividade em toda a UE, reduzindo a fragmentação entre Estados-Membros:
 - *Proposta de criação de um novo Quadro de Coordenação da Competitividade, focado em prioridades estratégicas da UE para aumentar a eficiência e minimizar a burocracia.*

O relatório destaca que a Europa enfrenta desafios profundos no fortalecimento da sua competitividade global, especialmente com a crise energética exacerbada pela pandemia e a guerra na Ucrânia. A crise sanitária global teve um impacto significativo nas cadeias de abastecimento e na estrutura de demanda por energia, expondo vulnerabilidades no acesso a recursos estratégicos e na dependência excessiva de fornecedores externos.

A transição para fontes de energia renováveis e a necessidade de modernizar as infraestruturas são essenciais para garantir que a Europa recupere competitividade, sobretudo num cenário pós-pandemia. A aceleração das políticas de descarbonização, além de ser um imperativo ambiental, se tornou uma questão de segurança e autonomia estratégica. No entanto, o caminho não é simples: os custos da transição energética, juntamente com os desafios tecnológicos e políticos, representam barreiras significativas. Mesmo com as recomendações claras de simplificar e agilizar processos de licenciamento, o tempo necessário para atingir metas ambiciosas de produção interna de energia limpa e matérias-primas críticas pode ser maior que o previsto.

Além disso, o relatório sublinha a necessidade de reforçar a capacidade de inovação da Europa. A pandemia evidenciou a importância de sistemas de pesquisa e desenvolvimento robustos, como observado nos esforços em desenvolver vacinas, que mostram a capacidade da Europa de liderar em setores de alta tecnologia. No entanto, essa capacidade deve ser expandida para outras áreas críticas, como as tecnologias digitais e a defesa, onde a fragmentação interna e a concorrência externa, particularmente dos EUA e da China, ameaçam a liderança europeia.

Em suma, o relatório oferece uma visão estratégica sólida, mas que requer uma coordenação política e financeira sem precedentes para que a Europa possa superar os desafios impostos pela pandemia e pela crise energética. A abordagem de longo prazo que combina investimentos sustentáveis, inovação e parcerias internacionais é essencial para garantir que a Europa não apenas recupere sua competitividade, mas também se posicione como líder global na nova ordem econômica pós-pandemia.

3. PRESIDÊNCIA HÚNGARA DO CONSELHO DA UE

Na Síntese n.º 208 ([aqui](#)), demos nota das prioridades da Presidência húngara do Conselho da União Europeia, no segundo semestre de 2024. Importa sublinhar que o Primeiro-Ministro húngaro fará a apresentação destas prioridades na sessão plenária do PE da próxima semana, em Estrasburgo.

Em antecipação desse debate, que se prevê bastante participado, o *think-tank* do PE disponibilizou um *briefing* detalhado sobre o programa e as prioridades da Presidência húngara, disponível [aqui](#).

4. DEZ IDEIAS PARA O NOVO CICLO POLÍTICO DA UE

O Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia (EUISS) é **a agência da União que analisa questões de política externa, de segurança e de defesa**. A sua principal missão é assistir a UE e os seus Estados-Membros na implementação da [Política Externa e de Segurança Comum](#) (PESC), incluindo a [Política Comum de Segurança e Defesa](#) (PCSD), bem como outras ações externas da União.

No dia 10 de setembro, este Instituto apresentou um estudo intitulado *10 IDEAS FOR THE NEW TEAM - How the EU can navigate a power political world* (disponível [aqui](#)), onde se argumenta que a política externa e de segurança da UE precisa urgentemente de ser reiniciada. Pode ler-se que “*A atual abordagem da UE em matéria de política externa foi concebida para um mundo em paz, onde o multilateralismo era forte e as regras e normas mundiais eram respeitadas. Esse mundo já não existe. Vivemos agora numa era de contestação e de rivalidade geopolítica crescente, em que os conflitos territoriais proliferam e as instituições internacionais estão em crise.*”

Acrescenta-se que “*Num mundo em mudança, a política externa da UE tem de evoluir e adaptar-se para continuar a ser eficaz. Para navegar nesta paisagem complexa, a UE precisa de **novas formas de pensar**,*

trabalhar e atuar. A próxima Comissão e o próximo Alto Representante têm uma oportunidade histórica de reformular o papel da União a nível mundial.”

Para ajudar nesta tarefa premente, o Instituto de Estudos de Segurança da UE apresentou **dez ideias para impulsionar a política externa da UE**. Consideramos que é essencial que os novos dirigentes as ponham em prática.



CONTENTS

Executive Summary	2	Teaming up with rising powers and multilateralism	30
		EU collective engagement	
		Amaia Sánchez-Cacicedo	
NEW WAYS OF THINKING			
Moving beyond the European Neighbourhood Policy	5	NEW WAYS OF ACTING	
Time to reset			
Dalia Ghanem			
Designing a new Eastern policy	9	Rethinking CSDP missions and operations	36
Bringing the East into the fold		Where to go and what to do?	
Ondrej Ditrych		Jan Joel Andersson	
Recalibrating EU-China relations	14	Training soldiers in Ukraine	41
No illusions on Russia		Creating conditions for a just end to the war	
Alice Ekman		Giuseppe Spatafora	
NEW WAYS OF WORKING			
Making EU leaders responsible for protecting Europeans	21	Securing Europe's northeast	46
Fragmented no more		Energy resilience through innovation	
Steven Everts		Lukas Trakimavičius	
Building strength through gradual integration	25	Preventing war in East Asia	51
A blueprint for EU enlargement		A European action plan to strengthen deterrence	
Bojana Zorić		Joris Teer	
		Abbreviations	56
		Notes on the contributors	57

Este estudo teve uma apresentação prévia no contexto do GLOBSEC Forum 2024, realizado em Praga nos passados dias 30 de agosto a 2 de setembro (detalhe [aqui](#)). Todos os vídeos deste Fórum podem ser consultados [aqui](#).

5. REFORMA DO PARLAMENTO EUROPEU

Temos dado nota, em Sínteses anteriores (e.g. n.ºs [202](#) e [207](#)), dos trabalhos que levaram à reforma do Regimento do PE, finalizados no final da anterior Legislatura. O *think tank* do PE disponibiliza agora uma pertinente análise das principais alterações realizadas, disponível [aqui](#), e que permite identificar as áreas que o Parlamento identifica como prioritárias para fortalecer o seu modo de funcionamento.

Recorde-se que a questão da **reorganização das comissões parlamentares no seio do PE não foi objeto dessa reforma**, mas que sempre esteve presente como uma das formas de o Parlamento dar resposta aos desafios atuais. Neste contexto, de acordo com as últimas informações de que dispomos, os grupos políticos terão chegado a acordo sobre a criação de quatro novas comissões: duas novas comissões especiais - uma sobre **habitação** e outra sobre **democracia**, bem como a **transformação das subcomissões de segurança e defesa**

(SEDE) e de saúde (SANT) em comissões permanentes. A Conferência de Presidentes do PE terá ainda de validar este acordo, e o Plenário terá de votar esta alteração ao chamado anexo VI do Regimento do PE. Porém, é expectável que tal suceda ainda a tempo das audições dos Comissários indigitados (cfr. Ponto 1, *supra*), que se deverão iniciar na segunda quinzena de outubro.

6. ACORDO UE - MERCOSUL

A União Europeia e os Estados do Mercosul - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (e a Bolívia, mais recentemente) chegaram a um acordo político em 28 de junho de 2019 para um acordo comercial. A UE é o principal parceiro comercial e de investimento do Mercosul. As exportações da UE para o Mercosul foram de 45 mil milhões de euros em bens em 2021 e 17 mil milhões de euros em serviços em 2020. A UE é o maior investidor estrangeiro no Mercosul, com um stock de 330 mil milhões de euros em 2020. Embora a relação seja muito substancial, tanto os exportadores como os potenciais investidores enfrentam obstáculos nos mercados do Mercosul.

O objetivo do novo acordo comercial UE-Mercosul é

- Aumentar o comércio e o investimento bilaterais e reduzir os obstáculos comerciais pautais e não pautais, nomeadamente para as pequenas e médias empresas
- Criar regras mais estáveis e previsíveis para o comércio e o investimento através de regras melhores e mais fortes, por exemplo, no domínio dos direitos de propriedade intelectual (incluindo as indicações geográficas), das normas de segurança alimentar, da concorrência e das boas práticas regulamentares
- Promover valores comuns como o desenvolvimento sustentável, através do reforço dos direitos dos trabalhadores, da luta contra as alterações climáticas, do aumento da proteção do ambiente, do incentivo às empresas para agirem de forma responsável e do respeito de normas elevadas de segurança alimentar

O detalhe está disponível [aqui](#), e o processo de aprovação [aqui](#). Desde a assinatura do acordo que têm surgido [obstáculos](#) suscitados por alguns setores e Estados-Membros, nomeadamente desafios políticos, ambientais e económicos. Em particular, têm sido evidenciadas preocupações ambientais, nomeadamente com o desmatamento na Amazônia; a resistência de setores agrícolas, com a concorrência de produtos agrícolas mais baratos provenientes do Mercosul, principalmente carne bovina e açúcar; as questões de Direitos Humanos, exigindo o respeito dos padrões internacionais; bem como a necessidade de ratificação pelos Parlamentos Nacionais dos Estados-Membros da UE e as mudanças Políticas nos governos dos países envolvidos, que podem alterar o apoio ou a oposição ao acordo.

Esta semana, **onze Estados-Membros ¹(entre os quais Portugal) enviaram uma carta uma carta à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, instando-a a implementar o acordo, no contexto de uma ronda negocial entre as partes, [realizada](#) no Brasil.** Nessa missiva, pode ler-se que “*Dado o contexto de crescentes tensões geopolíticas, é ainda mais essencial desenvolver alianças internacionais sólidas*”, acrescentando que “*a nossa credibilidade está em causa*”. Alertam para a crescente perda de influência da Europa na América Latina - sem referir a China - e apontam para os seus “*valores partilhados*” e “*laços históricos*”. “*Sem a conclusão do acordo, outras potências ganhariam uma influência ainda mais forte nos mercados*

¹ Croácia, Chéquia, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Alemanha, Letónia, Luxemburgo, Portugal, Espanha e Suécia.

latino-americanos, tanto a nível económico como político. Nos últimos 10 anos, as empresas europeias perderam, em média, 15% das suas quotas de mercado na região.”

A França tem sinalizado a sua oposição ao acordo (incluindo através do seu novo Primeiro-Ministro, Michel Barnier, [aqui](#)), juntamente com a Áustria, enquanto a Irlanda e os Países Baixos têm reservas. O Brasil teria a expectativa de finalizar as negociações na Cimeira do G20, a que presidirá, prevista para 18 de novembro.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos Ministros da Agricultura

Realizada a 9 e 10 de setembro, em Budapeste, esta [reunião informal](#) visava lançar o debate político sobre a Política Agrícola Comum pós-2027, também no contexto do diálogo estratégico sobre esta matéria lançado pela Comissão Europeia (detalhe [aqui](#)). Em consonância com as prioridades da Presidência húngara da UE, o tema da reunião foi *“A agricultura da UE centrada na exploração agrícola: rumo a uma futura política agrícola comum competitiva, resistente às crises, sustentável, favorável aos agricultores e baseada no conhecimento”*.

O objetivo é definir as expectativas dos ministros da agricultura nas conclusões e orientar a nova Comissão, que entrará em funções no outono, na preparação de propostas legislativas para a PAC pós-2027. A troca de pontos de vista ministeriais centrar-se-á em três temas fundamentais. Em primeiro lugar, daremos início a um debate sobre a simplificação dos pagamentos de apoio à agricultura e a revisão dos principais tipos de apoio. Em segundo lugar, analisaremos a forma de reforçar a contribuição do sector agrícola para os objectivos ecológicos sem pôr em causa a competitividade dos agricultores. Por último, iremos rever os instrumentos do sistema de gestão de crises para garantir um apoio eficaz aos agricultores em situações de crise cada vez mais frequentes.

Para o efeito, a Presidência húngara organizou o debate em torno das três questões seguintes:

- 1. Que elementos do sistema de pagamentos poderiam ser ajustados para aumentar a competitividade, diminuir os encargos administrativos e tornar a PAC mais favorável aos agricultores? Quais devem ser as principais medidas dos dois pilares após 2027?*
- 2. Como pode a PAC pós-2027 incentivar os agricultores a contribuírem ainda mais para a transição ecológica, assegurando um sector agrícola europeu sustentável sem comprometer a sua competitividade?*
- 3. Como gerir melhor as situações de crise e que medidas de prevenção, gestão de riscos e resposta a crises seriam necessárias a nível da UE para enfrentar eficazmente os desafios e construir um sector agrícola mais resistente às crises na UE?*

Eurogrupo e ECOFIN informal

Realizado entre 12 e 14 de setembro, em Budapeste, nesta [reunião](#) (detalhe e agenda [aqui](#)) os ministros e os governadores dos bancos centrais debateram a questão do “financiamento sustentável da transição ecológica”. O Secretário-Geral da OCDE e o Diretor Executivo da Agência Húngara de Gestão da Dívida Pública fizeram apresentações sobre a forma de colmatar o défice de financiamento com instrumentos inovadores e de mobilizar melhor as poupanças das famílias e outras poupanças privadas quando é necessário reforçar a transição ecológica e colocar a dívida pública numa trajetória descendente em simultâneo.

A sessão da manhã de sábado será dedicada aos “efeitos das alterações demográficas na sustentabilidade da dívida pública”, onde as delegações debaterão os riscos de sustentabilidade da dívida no contexto do envelhecimento das sociedades e as possíveis linhas de ação. Esta questão é uma das principais prioridades da Presidência húngara da UE, uma vez que põe em risco a prosperidade económica da UE a longo prazo devido à diminuição

da população em idade ativa e à escassez de mão de obra. O debate basear-se-á na contribuição do grupo de reflexão Bruegel, sediado em Bruxelas. Durante o almoço de trabalho ministerial, o Diretor-Geral do FMI apresentou “*as novas oportunidades de financiamento para apoiar os países de baixo rendimento na sua resposta aos desafios globais*”.

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Terá lugar, em Estrasburgo, a sessão plenária do PE, com os seguintes pontos na [agenda](#):

- [Primeiro-ministro Viktor Orbán apresenta as prioridades da Presidência húngara do Conselho da UE](#)
- [Mario Draghi apresenta o plano de competitividade](#)
- [Parlamento defende mais dinheiro e armas para a Ucrânia](#)
- [Autorizações de residência da Hungria geram preocupações de segurança relacionadas com nacionais russos](#)
- [Debate sobre a situação em Gaza e no Médio Oriente](#)
- [Parlamento Europeu avalia situação na Venezuela e debate resposta da UE](#)
[Debate sobre o futuro da agricultura da UE](#)

- Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [17 de setembro](#).

- Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

16/17 de setembro: [Reunião informal dos ministros da Investigação, 16-17 setembro 2024](#)

19/20 de setembro: [Reunião informal dos ministros dos Transportes, 19-20 setembro 2024](#)

Bruxelas | 13 de setembro de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).